

EDUCAÇÃO NO MST: A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA FORMAÇÃO E NAS RELAÇÕES ENTRE OS SUJEITOS

Ana Flávia Felix Costa¹
Manoelly Rodrigues da Silva²
Antermógenes Freire Mendes³
Elizama Bernardino da Silva⁴
Gilmara Coutinho Pereira⁵

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar e mostrar como a educação do campo introduzida no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) influencia na formação e nas relações entre os sujeitos, tanto dentro do movimento como em outros setores. A educação do campo, que passara por várias adversidades ao decorrer da história, começa a se repaginar através das reivindicações dos movimentos sociais rurais, os quais traçaram uma luta em prol de uma educação onde o processo de escolarização não fosse fixado apenas nas paredes da escola, mas que trouxesse a realidade vivenciada pelos camponeses como base didático-pedagógica no processo de aprendizagem. Sendo assim, a partir de uma pesquisa bibliográfica e um estudo de campo ao Assentamento Normandia, situado em Caruaru-PE, foi possível observar e fazer o levantamento dos dados presentes neste trabalho, evidenciando que a educação do campo não somente alfabetiza, mas, além de tudo, humaniza e traz para dentro do processo de aprendizagem a cultura e o histórico de luta, da terra e da agroecologia que permeia o espaço o qual o sujeito faz parte, buscando formar um ser humano autônomo, livre e crítico para viver em sociedade.

Palavras-chave: Educação, Luta, Movimentos sociais, Realidade, Terra.

¹ Graduando do Curso de Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba- UEPB, nafla05@hotmail.com;

² Graduando do Curso de Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, manoelly_silva@hotmail.com;

³ Graduando do Curso de Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba- UEPB, antermogenes@gmail.com;

⁴ Graduando do Curso de Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, elizama.bernardino.2019@gmail.com;

⁵ Gilmara Coutinho Pereira: Doutora, Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN, gilmara.coutinho.uepb@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Falar sobre educação nunca fora uma tarefa fácil, principalmente quando se trata da educação brasileira. A educação brasileira, que tem em sua Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) um discurso igualitário e que tende a preocupar-se com a realidade onde o cidadão está inserido, na prática parece estar posta de forma um tanto quanto controversa, um exemplo disso é a educação rural que, com o passar do tempo, ainda continua com muitas lacunas a serem preenchidas, mas que é notório que o campo de atuação acaba sendo desvalorizado, o que possibilita que as raízes locais sejam cada vez mais deixadas de lado.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96) de 1996, no único parágrafo voltado para a educação rural, diz:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Tendo a LDB assegurado, na teoria, que a educação rural deve partir de um princípio identitário e que seja adaptado à situação de cada região, mesmo que na prática não fora colocada da mesma forma surge a necessidade de formar uma educação que preocupa-se não só com o conhecimento teórico e sistemático, mas com a identidade do povo que habita aquela terra, aquele ambiente, uma educação que vai além das paredes de uma escola, uma educação que não visa apenas a alfabetização, mas que insere o aluno dentro desse processo, onde ele pode perceber que a educação é transformadora e libertadora. A partir do sucateamento da educação rural, das transformações sociais e das reivindicações dos movimentos sociais rurais, emerge então a educação do campo.

A educação do campo surge da necessidade de uma atenção maior para as vidas que encontram-se no meio rural, onde o acesso à educação era precário e a educação rural era similar à educação urbana, uma educação que não coloca em pauta o princípio identitário daquele povo, que evidentemente não era o mesmo do povo da cidade. Desse modo, falar de educação do campo e não associar a luta dos movimentos sociais na construção dessa educação é quase impossível. A educação do campo vai além da educação rural e, por isso, as duas são educações distintas e com objetivos diferentes.

É notório que alguns embates ainda encontram-se muito presentes em meio à educação brasileira a distinção entre escola do campo e escola rural ainda existe. Diante disso, fez-se necessário e preciso uma investigação acerca da importância e da influência que a escola do campo implica na vida das pessoas que têm acesso a esse tipo de educação. Tendo em vista, inclusive, que a educação do campo, como tem um olhar voltado para o âmbito social, mostra que não somente é possível, como se pode aprender com a prática, descentralizando o saber teórico como o principal saber, uma perspectiva diferente das demais formas tradicionais de educar.

Os movimentos sociais tiveram grande importância na construção da educação do campo, principalmente os movimentos rurais. Sendo assim, o presente trabalho tem por objetivo colocar em pauta como a educação introduzida no Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem influência nas relações que essas pessoas estabelecem na sociedade e como esta mesma educação tem impacto na construção e formação desses sujeitos que, além de estarem envolvidos no âmbito das lutas e das causas sociais, também tem suas necessidades e escolhas particulares.

METODOLOGIA

Segundo Lakatos e Marconi (1992, p. 15): “A leitura constitui-se em um dos fatores decisivos do estudo e imprescindível em qualquer tipo de investigação científica. Favorece a obtenção de informações já existentes, poupando o trabalho da pesquisa de campo ou experimental.” É perceptível, portanto, que a leitura é uma das partes mais valiosas de uma pesquisa científica, através da leitura podemos mergulhar em outros mundos e culturas que podem ser semelhantes ou distintas das que estamos acostumados.

Sendo assim, ao ser idealizado o tema proposto do presente trabalho foi dado início a uma pesquisa bibliográfica, onde os textos foram selecionados de acordo com o valor de contribuição que o conteúdo proporcionaria à pesquisa. Porém, ao escolher os textos a serem lidos, não foi descartada a opção de fazer uma pesquisa de campo, com o intuito de averiguar de forma mais aprofundada como são estabelecidas as relações sociais e como é procedida a formação educacional dos sujeitos assentados e integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Deste modo, foi feita uma visita à fazenda Normandia, situada no estado de Pernambuco, na cidade de Caruaru. Na fazenda, que fora desapropriada e hoje atua um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, foi possível conhecer o

centro de formação Paulo Freire, no qual são realizadas formações de cunho educacional e político. Foi possível conversar e entrevistar também Mauricéia Matias, que é pedagoga e está assentada em Normandia há 11 anos.

Assim, a presente pesquisa é de cunho bibliográfico e, partindo do método indutivo contou com a observação da realidade vivenciada por assentados no Assentamento Normandia, onde foi possível investigar como é realizado o processo didático-pedagógico no âmbito educacional da escola do campo no MST, sendo realizada também uma entrevista que contribuiu para compor e declarar algumas informações sobre a contribuição da educação do campo no MST para a formação e as relações entre os sujeitos.

A entrevista deveria ser anexada ao artigo, o enriqueceria o artigo e daria mais sentido, já que vocês a mencionam. Também é importante evidenciar quantos entrevistados (se professores, alunos, pais de alunos etc.) e as respostas obtidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo educativo dentro dos movimentos sociais, diante do contexto de luta, acaba por se tornar algo essencial para os movimentos. Perceber que para construir um país democrático, igualitário e com soberania popular não requer somente a prática da luta no campo e nas ruas, mas que requer também a introdução da educação no meio desse processo, talvez tenha sido um dos grandes marcos no Brasil tanto para a educação quanto para os movimentos sociais.

A educação dentro dos movimentos sociais, além de necessária, tornou-se uma pauta. Como introduzir dentro dos movimentos uma educação que é aliada das bases dominantes? Como engajar uma educação que não é arquitetada para a classe popular? Torna-se necessário, portanto, não só inserir a educação no processo de luta, mas fazer da educação uma pauta dentro dessa luta, onde seja possível construir uma educação democrática e que consiga atingir não somente a classe dominante, mas sim as raízes da classe popular.

É diante disso, que a educação popular começa a ganhar forças nas engrenagens do meio educacional. Assim sendo, começa uma era de reivindicações por meio dos movimentos sociais, por uma educação que seja inclusiva e que respeite o espaço que cada sujeito ocupa na sociedade. É quando emerge, portanto, a discussão da importância de uma educação no campo e para o campo, onde mostra a influência dos movimentos sociais rurais, incluindo o

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) o qual é foco de pesquisa no presente trabalho.

Com o passar do tempo, os números de assentados e de acampados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foram crescendo e, com isso, novas famílias foram formando-se e integrando-se ao movimento. Diante desse crescimento, automaticamente novas necessidades foram surgindo, e é neste constante movimento e fluxo de pessoas que surge o interesse e faz-se necessário desenvolver uma formação entre os sujeitos que estão inseridos nos assentamentos.

Com a educação rural sucateada e atrelada às ideologias dominantes, as quais atendem aos preceitos do capitalismo, era imprescindível que fosse pensada uma educação que formasse os sujeitos com base na realidade a qual estão inseridos, ou seja, se a educação está voltada para o setor rural, o sujeito deve ter uma formação não abstrata de sua realidade, mas que consiga aproximar o máximo possível a prática da teoria. Neste aspecto, a educação desenvolvida no MST teve grande influência de Paulo Freire e de sua pedagogia popular.

De acordo com Freire (2019 existem dois textos de Freire de 2019 nas Referências; coloque a e b em cada um, respectivamente, para identificar a qual se refere), ensinar exige respeito aos saberes do aluno e deve-se não somente respeitar esses saberes, como também é preciso trazê-los para o ambiente escolar, buscando problematizar de forma crítica os fatores político-sociais do ambiente no qual ele está inserido. Seguindo essa perspectiva, a educação no MST vai trilhando os mesmos rumos da pedagogia freiriana, onde a realidade do campo e da produção com a terra são trazidas como meio de aprendizagem e como elemento principal.

O processo de escolarização no MST, com o passar do tempo, vem tornando-se cada vez mais importante e efetivo. Foi ficando cada vez mais evidente que era preciso formular um tipo de formação e educação “diferenciada” das que as instituições governamentais fornecem, uma educação que busque ir mais além da alfabetização, que tenha uma formação humana e coletiva pautada na luta social, organização coletiva e na cultura, onde o aluno possa se identificar dentro desse processo. Bem como afirma no Boletim da Educação nº 12, (2014, p. 99):

Um elemento fundamental para a construção/afirmação coletiva de uma concepção de educação foi identificar o processo de formação humana, vivido pela coletividade Sem Terra em luta, como matriz para pensar uma educação centrada no desenvolvimento mais pleno do ser humano e ocupada com a formação de lutadores e construtores de novas relações sociais. Isso levou a refletir sobre o conjunto de práticas que faz o dia a dia dos Sem Terra e extrair delas lições de pedagogia, que permitem qualificar a intencionalidade educativa do Movimento, pondo em ação

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

diferentes matrizes constituidoras do ser humano: trabalho, luta social, organização coletiva, cultura, história.

Uma vez que se constrói uma educação que visa centralizar a cultura e a história como instrumento para a formação do sujeito, constrói também uma relação identitária entre o sujeito e o conteúdo que está sendo estudando. Fazer com que o aluno se reconheça naquele processo de aprendizagem é um dos grandes desafios da educação brasileira. Por isso, trazer para educação do campo uma educação que se diferencie das demais, que se conecte com a vivência das lutas sociais e da luta pela terra, faz com que o aluno não apenas tenha acesso ao letramento, mas que se identifique como sujeito autônomo e participante ativo dentro do processo.

Todavia, além de construir uma educação que insira o aluno dentro do processo e introduza a realidade dele como principal meio didático-pedagógico, é fundamental que os sujeitos desenvolvam um pensamento crítico e político acerca do que se passa em sua comunidade e do meio que ele faz parte. Neste sentido, a formação que o MST busca fornecer preocupa-se também com a formação de uma consciência crítica e indagadora que, levando em consideração o pensamento de Paulo Freire, é através da criticidade que é possível superar a curiosidade ingênua, que está associada ao senso comum, e alcançar a curiosidade epistemológica, sustentando que:

Na verdade, a curiosidade ingênua que, “desarmada”, está associada ao saber do senso comum, é a mesma curiosidade de que, criticizando-se, aproximando-se de forma cada vez mais metodicamente rigorosa do objeto cognoscível, se torna *curiosidade epistemológica*. Muda de qualidade mas não de essência. A curiosidade de camponeses com quem tenho dialogado ao longo de minha experiência político-pedagógica, fatalistas ou já rebeldes diante da violência das injustiças, é a mesma curiosidade, enquanto abertura mais ou menos espantada diante de “não eus”, com que cientistas ou filósofos acadêmicos “admiram” o mundo. Os cientistas e os filósofos *superam*, porém, a ingenuidade da curiosidade do camponês e se tornam epistemologicamente curiosos. (FREIRE, 2019a, p. 33)

A escola, com sua função de formar sujeitos-cidadãos para conviver em sociedade de forma democrática e justa, acaba por direcionar essa formação apenas no meio institucional utilizando o saber teórico como base de aprendizagem. Perceber que era possível e fundamental sair dos pilares escolares e ir para dentro das comunidades foi um papel essencial da educação popular e dos movimentos sociais. A educação do campo introduzida no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra não poderia deixar seus ensinamentos fixos dentro das paredes escolares.

Era inquestionável a necessidade de sair das bases teóricas e desbravar os conhecimentos que existiam fora da escola, só através disso foi possível formular uma educação que integrasse o meio popular do campo e que tivesse compromisso com a realidade do sujeito. Não há como haver uma educação crítica quando os olhares não se voltam para a realidade que está posta, é essencial que o ambiente educativo esteja preparado para acolher e abordar as vivências daquele povo.

Neste sentido, a educação no MST volta-se para a escola como um lugar que forme o ser humano por inteiro, que preocupe-se não somente que os alunos da escola aprendam a ler e a escrever, mas que entenda que o ser humano faz parte de um todo complexo e que as partes desse todo devem ser trabalhadas para a humanização do sujeito. Uma formação que forme o indivíduo através do trabalho coletivo, que ele aprenda com as relações sociais estabelecidas uma escola que produza teoria de acordo com as experiências práticas, sendo possível formar um ser humano crítico, autônomo e que se identifique não só com o processo educativo o qual ele está inserido, mas com a luta que ele pertence e que o liberte da opressão da classe dominante. Como diz Paulo Freire:

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas que esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (FREIRE, 2019b, p. 72).

Ao fazer a visita ao Assentamento Normandia, foi possível conhecer o centro de formação Paulo Freire, onde acontece constantes reuniões formativas com o intuito de preparar os militantes para a luta popular e pela terra. Sendo possível também conhecer Mauricéia Matias que, como formação acadêmica, tem o curso de pedagogia, mas no assentamento não atua na área, faz parte da coordenação de um grupo de boleiras do assentamento, onde os bolos são produzidos na agroindústria. Com o encontro foi visto a oportunidade de fazer uma breve entrevista, onde Mauricéia contou um pouco da sua história, e foram relatados alguns aspectos da educação do campo desenvolvida no Assentamento Normandia. Como pedagoga, Mauricéia teve sua contribuição para elaboração e fundação da escola do campo instaurada dentro do assentamento, e pôde relatar sobre como se desenvolve as atividades, como esta educação interfere nas relações entre os sujeitos, e o choque entre as realidades, quando os alunos da escola no MST precisam migrar para as escolas da cidade.

Quando foi perguntado a Mauricéia como funcionava o processo didático-pedagógico dentro das escolas do campo, a mesma afirmou que:

“O processo didático-pedagógico se dá com base na realidade dos assentados, não é possível estabelecer uma educação dentro do movimento que não seja pautada na realidade, a escola do campo não é aquela escola convencional que se baseia somente em conteúdo, o que não tira a importância do mesmo, mas é uma escola diferente, que foge dos padrões, é uma escola em movimento e dentro do movimento, que traz a realidade como fonte pedagógica”. (Mauricéia Matias)

Mauricéia é questionada sobre o que as instituições governamentais poderiam fazer para melhorar a situação do sistema educacional das escolas do campo e responde que:

“Não é possível você ir até a escola quando não se tem o básico para se viver, tanto no campo como na cidade há pessoas que não tem nem saneamento básico, nem comida no prato, então como ir à escola se você está com fome? É necessário que o governo invista em política pública, cumpra com o básico, para assim as crianças poderem ir até a escola e ter um bom desempenho lá”. (Mauricéia Matias)

Mauricéia relata também que em Normandia, por exemplo, não há saneamento básico e isso interfere diretamente na aprendizagem das crianças, visto que a falta de saneamento básico pode ocasionar algumas doenças. Foi citado também que mesmo com a produção de alimentos no assentamento, e tendo a agroindústria para auxiliar na fonte de renda, a região que o assentamento se encontra não é uma região abastada por água e, por isso, em tempos de seca a colheita e a produção diminui, o que gera uma certa dificuldade para chegar comida na mesa dos assentados, implicando assim em um mau desempenho das crianças nas escolas.

Mauricéia afirma que: “São providências como estas que as instituições governamentais deveriam se atentar e procurar fornecer à população, são direitos básicos e que são negados, então para o maior e melhor desempenho na educação, é necessário que seja cumprido com as políticas básicas as quais são demandas do governo”. Logo, podemos perceber que não só a educação do campo é preterida, como a qualidade de vida no campo também torna-se inferior devido a falta de políticas públicas básicas. É essencial que para um bom desempenho escolar o aluno tenha uma boa estrutura para sua subsistência fora da escola, o que envolve fatores familiares, econômicos, emocionais e de saúde.

Em grande parte das escolas do campo ainda não há ensino fundamental II e o ensino em nível médio e, devido a isso, os alunos precisam migrar da escola do campo introduzida dentro do assentamento para uma instituição escolar urbana, e é o que acontece em Normandia. Quando perguntado a Mauricéia como esse rompimento e choque de realidade interfere na formação entres os sujeitos, ela relata que:

“É um momento difícil na vida deles, pois mesmo eles tendo a primeira formação dentro do assentamento, estando em contato com a terra e aprendendo a lidar com a realidade a qual eles estão inseridos o choque com outra realidade é imenso, eles estão entrando em contato com pessoas que não tiveram a mesma formação que eles e que têm outra percepção de mundo, onde muitas vezes os meninos e meninas que saem do assentamento tentam enquadrar-se naquele padrão de vida para serem

aceitos nos grupinhos. E por mais que seja alimentada a questão das lutas sociais, da coletividade, eles sentem necessidades e vontades subjetivas que vão além do que o assentamento pode oferecer, e como não é possível conseguir dentro do assentamento, até por falta de condições financeira, acabam recorrendo à maneiras alternativas para conseguir, muitos jovens quando saem do campo e vão para a cidade acabam entrando na prostituição no intuito de arranjar condições e pertencer a nova realidade cuja estão inseridos". (Mauricéia Matias)

Percebe-se então, através dos relatos de Mauricéia e das observações feitas durante a visita, que os laços e as relações estabelecidas entre os sujeitos dentro do assentamento partem de uma ideologia coletiva e comum, onde os sujeitos integram-se entre si buscando sempre uma organização coletiva e autônoma, proposta inclusive pela formação escolar das escolas do campo. Porém, quando esses sujeitos que estão inseridos dentro de um contexto campesino, que se difere bruscamente do urbano, entram em contato com outros sujeitos que tiveram uma formação diferente da deles, como é o caso dos sujeitos que tem sua formação por parte das instituições urbanas, há um choque de realidades que interfere não só nas relações entre os sujeitos como também no proceder da formação enquanto ser humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de um cenário onde a educação no âmbito rural é tida como algo que pode ser semelhante à educação proposta para o meio urbano, desconsiderando a vivência do povo pertencente a cada região, emerge a necessidade de lutar por uma educação do campo que seja inclusiva, mostrando que as experiências vividas pelas comunidades rurais também têm seus valores e não só tem importância como também são capazes de educar e formar pessoas.

A educação do campo surge para formar sujeitos preparados não só para o mercado de trabalho, mas sujeitos que possam conviver em sociedade de forma humana. Uma educação que trabalha a organização coletiva e os princípios sociais, que reconhece que é necessário e legítimo lutar por uma terra para plantar, onde é possível, através da agroecologia desenvolver um papel fundamental na sociedade e que respeite o ambiente em que se vive, uma educação que desenvolva no sujeito um reconhecimento e um sentimento de pertencimento dentro do processo.

Porém, mesmo com uma educação voltada para o meio social e pensada para a coletividade humana, os sujeitos que perpassam por a educação do campo também passam por um momento de rompimento das raízes da formação inicial, e através desses rompimentos é que há a oportunidade de conhecer e desfrutar de novas realidades, que são distintas da realidade posta no campo. É neste processo que começam surgir inclinações para as

necessidades e vontades individuais, uma fase que afeta tanto o subjetivo quanto a relações com outros sujeitos.

Diante da marginalização dos movimentos sociais, principalmente quando se trata do MST, muitos jovens que saem do campo e passam a estudar na cidade sofrem algum tipo de discriminação por sua trajetória anterior, onde, em alguns casos, os sujeitos tentam se adequar ao novo estilo de vida dentro da realidade urbana e acabam por seguir caminhos distintos da formação que tiveram na escola do campo, ou seja, é uma forma de se inserir em novas relações sociais e pessoais.

Podemos concluir, portanto, que a educação nas escolas do campo no MST influenciam na formação de um sujeito mais crítico e envolvido com as lutas sociais que o cerca, um sujeito que tem como base uma formação que humaniza, e o torna um sujeito autônomo. Podemos perceber também que essa mesma educação causa um impacto nas relações entre os sujeitos, tanto dentro do assentamento quanto fora. Dentro do assentamento percebemos que há uma relação sólida e coletiva, enquanto fora é notório que há um distanciamento entre as realidades, gerando em alguns casos um desconforto ou até mesmo mudanças de comportamento e direcionamento da formação base que o sujeito teve dentro da escola do campo dentro do assentamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 5 de ago. 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 58ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019a.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 68ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019b.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicação e trabalhos científicos*. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 1992.

SECRETARIA GERAL DO MST. *Boletim da educação n° 12.indd*. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2014.